



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Secretaria-Executiva

Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior

Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações

ATA DE REUNIÃO

Para efeitos da Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/2011), o acesso a esse documento é restrito, considerando as informações reservadas, com base no inciso II do art. 23 da referida Lei, bem como as hipóteses de sigilo conforme inciso I do art. 6º do Decreto nº 7.724/2012, especialmente o sigilo comercial.

Às dez horas do dia 29 de maio de dois mil e vinte e quatro, foi realizada a 193ª Reunião Ordinária do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - Cofig, sob a presidência da Sra. Marcela Santos de Carvalho, Secretária-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-Camex), no exercício da função de Presidente substituta do Cofig, com a participação dos seguintes membros: Sra. Juliana Larenas, representante titular do Ministério da Defesa, Sr. Luiz Alfredo, representante suplente do Ministério do Planejamento e Orçamento, e Sr. Pedro Quaresma, representante suplente da Casa Civil. O Ministério da Fazenda não indicou seus representantes no comitê. O Subsecretário de Créditos à Exportação, Lázaro Lima também participou da reunião.

Como convidados participaram da reunião representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, do Banco do Brasil S.A. e da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF. Verificada a existência de quórum, a Presidente substituta do Cofig deu início à reunião.

MÓDULO I – ASSUNTOS GERAIS

Para deliberação:

1) Ata da 192ª Reunião Ordinária do Cofig

Cofig: Aprovou a ata referente à 192ª Reunião Ordinária do Cofig, realizada em 25 de abril de 2024.

2) Relatório Trimestral do PROEX e do FGE - Resolução Senado nº 50/1993

A representante da Secretaria-Executiva da Camex apresentou o Relatório Trimestral do PROEX e do FGE em atenção ao art. 12 da Resolução Senado nº 50/1993, que determina que o Poder Executivo deve remeter ao Senado Federal, trimestralmente, informações sobre a posição dos financiamentos, discriminando por país: as entidades tomadoras; o valor das operações; o cronograma de desembolso; o valor financiado; os limites e as condições aplicáveis e os valores autorizados e os já comprometidos; a situação de adimplência ou de inadimplência dos tomadores; as providências em curso para sanar as inadimplências; a demanda de recursos, as solicitações examinadas, as operações aprovadas e as contratadas; e o exportador brasileiro.

Cofig: Aprovou o encaminhamento do Relatório Trimestral do PROEX e do FGE ao Senado Federal, apresentado pela Secretaria-Executiva da CAMEX.

3) Proposta de Regimento Interno do COFIG

A representante da Secretaria-Executiva da CAMEX apresentou a nova proposta de Regimento Interno do Cofig. Na 191ª Reunião Ordinária, realizada em 28/03/2024, o Comitê aprovou o encaminhamento da proposta de Regimento Interno do Cofig ao Gecex. No entanto, a Secretaria-Executiva do MDIC solicitou ajustes com vistas a i) excluir as atribuições que não diziam respeito ao Comitê e a seus membros; ii) remeter ao Decreto as disposições sobre as competências e a composição do Cofig dispostas no referido normativo; iii) excluir a necessidade de fundamentação por escrito no caso voto divergente.

De acordo com Secretaria-Executiva do MDIC, com as alterações propostas, a minuta de Regimento Interno do Cofig estaria em linha com os demais regimentos internos do Ministério, além de garantir perenidade ao documento independente de futuras alterações do Decreto nº 4.993/2004.

Por fim, a representante da Secretaria-Executiva da CAMEX registrou que a minuta de Resolução foi submetida à consideração da Consultoria Jurídica do MDIC, que solicitou algumas alterações de forma, que já foram contempladas na nova versão.

Cofig: Aprovou o encaminhamento da proposta de Regimento Interno do Cofig ao Gecex, apresentada pela Secretaria-Executiva da CAMEX.

MÓDULO II – PROEX

Para conhecimento:

4) Mapas Orçamentários

O representante do Banco do Brasil apresentou os mapas orçamentários do Proex-Financiamento e do Proex-Equalização, com posição fechada de 30/04/2024. A execução financeira do Proex-Equalização, considerando total exercício corrente e exercícios anteriores, foi de R\$ 180.284.000 (US\$ 36.216.000), em comparação com R\$ 113.205.000 (US\$ 22.151.000) no mesmo período em 2023. A disponibilidade orçamentária real do programa, do exercício corrente, de R\$ 846.830.000.

Já o Proex-Financiamento, posição de 30/04/2024, considerando total exercício corrente e exercícios anteriores, alcançou execução de R\$ 140.134.000 (US\$ 27.788.000), enquanto, em 2023, a execução foi R\$ 171.317.000 (US\$ 32.955.000). A disponibilidade orçamentária real do programa, do exercício corrente, de R\$ 1.665.340.000.

A Presidente substituta do Cofig recomendou a criação de um grupo de trabalho ou a realização de uma reunião com BB para discutir a efetividade do programa tendo em vista a baixa utilização do Proex Financiamento. O BB sinalizou que estudos internos já estão sendo produzidos e os principais pontos até então levantados foram: i) momento de mercado em que o ACC está bastante competitivo; ii) diferença entre a taxa CIRR e SOFR; e iii) custo na emissão de garantias.

A representante do Ministério da Defesa registrou que, para o setor de defesa, a principal dificuldade é o custo das garantias para poder acessar o Proex, além da falta de conhecimento e divulgação do produto.

Com isso, a presidente substituta do Cofig solicitou uma reunião com o BB para apresentação dos estudos citados.

Cofig: Tomou conhecimento dos mapas orçamentários do Proex, referentes a abril de 2024, apresentados pelo Banco do Brasil.

MÓDULO III - FGE/SCE

Para conhecimento:

5) Relatório Executivo de Risco

O representante da ABGF apresentou o Relatório Executivo de Risco do FGE com posição em abril de 2024,

com informações sobre a exposição total por país e por setor, bem como a lista dos 10 principais devedores nos próximos 5 anos. Segundo o relatório, a exposição total do FGE está em US\$ 6,90 bilhões. A maior exposição relativa é com os EUA, seguido por Venezuela, Cuba, Brasil, Uzbequistão, Moçambique e Colômbia.

Em seguida, o representante da ABGF informou que, em relação à exposição por segmento de atividade econômica, o setor de transporte aéreo passageiros representa 52,84% da exposição, seguido dos setores de infraestrutura (26,56%), mercado doméstico (6,08%), defesa (5,86%), transporte metroviário (3,43%), indústria de alimentos (2,28%) e energia elétrica (2,01%).

Cofig: Tomou conhecimento do Relatório Executivo de Risco do FGE, referente a abril de 2024, apresentado pela ABGF.

6) Mapa Orçamentário SCE/FGE

A representante da Secretaria-Executiva da CAMEX apresentou a dotação orçamentária para pagamento de indenizações no valor de R\$ 909.927.108,00 conforme dados extraídos do SIOP até 21 de maio de 2024.

Informou que, até aquele momento, o valor empenhado havia sido R\$ 411.446.966,00 e a disponibilidade orçamentária era de R\$ 498.480.142,00. A programação de pagamentos de indenização e despesas com recuperação, até o final do ano, estava estimada no valor de R\$ 172.484.256,00, o que dava um saldo de R\$ 325.955.886,00.

Com as novas operações aprovadas, não concretizadas (potencial ingresso CTU e exposição) e em fase final de análise, há previsão de arrecadação de prêmio correspondente a US\$ 43.375.500,00.

Cofig: Tomou conhecimento do mapa orçamentário do SCE/FGE, referente a dados atualizados até 21 de maio de 2024, apresentado pela Secretaria-Executiva da CAMEX.

Para deliberação:

7) Operação:

COFIG 963 – BRASIL

Pleito: Pedido de cobertura do Seguro de Crédito à Exportação.

Exportador: Embraer S.A.

Importador/Devedor: [REDACTED]

Valor da exportação: [REDACTED]

Objeto: Exportação de até 10 (dez) aeronaves E195 E2.

Garante: [REDACTED]

Risco coberto: [REDACTED]

Natureza dos Riscos: Comerciais (RC), Políticos e Extraordinários (RPE).

Valor Coberto: [REDACTED]

Taxa de prêmio: [REDACTED]

Banco Garantido: FINAME (BNDES).

PROEX Equalização: Sim.

Relator: ABGF.

[REDACTED]

[REDACTED]

Cofig: Aprovou a operação nas condições apresentadas pela ABGF.

MÓDULO IV – OUTROS ASSUNTOS

Para conhecimento:

8) Relato dos trabalhos para implementação do parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 4.993/2004 (concessão do SCE/FGE por empresa contratada pela SE/CAMEX)

O representante da Secretaria-Executiva da Camex relatou que o processo de Dispensa de Licitação está em andamento, e seguirá os ritos estabelecidos pela Lei 14.133/2021, bem como todo o aparato de instrução normativas correlatas. O Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência foram concluídos e estão sob avaliação do DCD/MGI, que também se debruça sobre o aspecto orçamentário (proposta de preços da ABGF), bem como é responsável pela minuta de termo de contrato a ser assinada pelas partes. Nesse sentido, foi solicitado pelo órgão de licitação e contratos a abertura de custos /detalhamento do seu preço, uma vez que não há concorrência para a companhia a fim de seguir as normativas vigentes, e a ABGF já foi notificada desta necessidade. Após a juntada destes documentos, o DCD/MGI irá emitir uma nota técnica para esta contratação e irá encaminhar o processo ao CONJUR. Há expectativa de conclusão antes do dia 10 de julho, não havendo assim necessidade de prorrogação do contrato vigente.

Diante disso, a equipe da Sucex está avançando nos artefatos necessários para a instrução de todo o processo de contratação. A representante da ABGF sinalizou que a empresa tem estabelecido projeto de reorganização interna para ampliar suas capacidades de procedimento, avaliando que o ritmo de evolução do processo está adequado.

Cofig: Tomou conhecimento do relato dos trabalhos para implementação do parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 4.993/2004, apresentado pela Secretaria-Executiva da CAMEX.

9) Relato sobre Proex Financiamento à Produção Exportável

O representante da Sucex informou que as condições comerciais (elegibilidade e governança) do Proex Financiamento à Produção Exportável foram definidas na resolução Gecex que alterou a Resolução Gecex nº 166/2021, aprovada na reunião 213ª Reunião do Gecex realizada em 23 de abril de 2024. No entanto, registrou que o referido normativo não foi publicado visto que se aguarda a aprovação da Resolução CMN que irá estabelecer as condições financeiras do programa.

Informou que, apesar de o Tesouro Nacional ter finalizado a minuta de Resolução CMN com as condições financeiras dessa modalidade de financiamento, o tema não foi pautado na reunião do CMN, realizada em 23 de maio de 2024. De acordo com a STN haveria um esforço para que o tema fosse pautado em reunião extraordinária do CMN. No entanto, não houve notícias de realização da referida reunião.

Cofig: Tomou conhecimento do relato sobre Proex Financiamento à Produção Exportável, apresentado pela Secretaria-Executiva da CAMEX.

10) Relato das sugestões de aprimoramento do Proex Equalização

A representante do Ministério da Defesa agradeceu o empenho da equipe da SE-Camex, da ABGF e do BNDES nas tratativas acerca das operações de apoio ao setor de defesa, pois há um potencial de

crescimento de operações em 2024. No entanto, apontou que existem algumas dificuldades. As negociações ocorrem geralmente com governos e o processo é mais complexo, pois não se trata de um ente comercial, e sim um ente soberano. Em regra, exige-se que exista um mínimo de previsibilidade para a taxa de equalização. Assim, a variação das taxas de equalização do Proex está dificultando o fechamento de negócios.

A representante do Ministério da Defesa registrou que, embora o tema relativo a condições financeiras seja de competência do Ministério da Fazenda, como é um tema afeto ao Cofig, gostaria que essas dificuldades fossem apresentadas ao Comitê para solicitar o apoio dos membros. Nesse sentido, o primeiro ponto diz respeito às dificuldades que estão sendo enfrentadas pelo setor de defesa, mas que não dizem respeito somente a este setor. O segundo ponto é o que limita a utilização do programa e o aumento da competitividade brasileira. Esta é uma questão muito mais técnica, que diz respeito à forma de repagamento, em que também há uma variação na taxa de equalização. Destacou a necessidade de melhoria do Proex que permita aos bancos que utilizarão o programa, seja BNDES ou qualquer outro banco, ter um mínimo de previsibilidade com relação às taxas de equalização. Quando não existe previsibilidade, o banco tem que aumentar a margem e, desse modo, reduz o apoio efetivo à operação. A representante passou a palavra ao representante do BNDES para que complementasse o exposto.

O representante do BNDES relatou que houve conversas e que foi enviada uma carta à STN, com cópia ao Ministério da Defesa e à SE/CAMEX, sobre as dificuldades relatadas pelo Ministério da Defesa. Essa Carta foi enviada para que o Tesouro Nacional avaliasse a possibilidade de: (i) fixar o percentual de equalização aplicável às operações de financiamento de Defesa e demais operações com entes soberanos e/ou características de projeto, a partir de um marco específico; (ii) que tal percentual seja válido durante todo o período de desembolso da transação; e (iii) que a aprovação do percentual de equalização seja válida por 1 ano, prorrogável por mais 6 meses, de modo a permitir um prazo razoável para conclusão da celebração do contrato de financiamento. Por fim, o BNDES aproveitou a oportunidade para destacar a importância de se avaliar a necessidade e adequação de eventuais ajustes nos normativos aplicáveis à equalização de taxas de juros a fim de contemplar as modificações solicitadas pelo BNDES.

A representante do Banco do Brasil observou que o pedido da representante do Ministério da Defesa é bastante pertinente, mas que o banco segue o normativo na concessão de financiamentos. Assim, qualquer mudança deverá ser refletida nos normativos do programa.

A Presidente substituta do Cofig recomendou a realização de reunião com a STN para discutir as questões apresentadas pelo Ministério da Defesa e pelo BNDES.

Cofig: Tomou conhecimento do relato das sugestões de aprimoramento do Proex Equalização, apresentado pelo Ministério da Defesa e pelo BNDES.

Tendo concluído as discussões constantes na pauta da reunião, a Presidente substituta do Cofig agradeceu a participação dos membros presentes e encerrou a reunião.

Documento assinado digitalmente
MARCELA SANTOS DE CARVALHO
Data: 13/08/2024 17:43:21-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

MARCELA SANTOS DE CARVALHO
Presidente Substituta do Cofig

Documento assinado digitalmente
JULIANA RIBEIRO LARENAS
Data: 09/10/2024 08:47:57-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

JULIANA LARENAS
Ministério da Defesa

Documento assinado digitalmente
LUIZ ALFREDO MELLO VIEIRA
Data: 20/09/2024 10:56:12-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

LUIZ ALFREDO
Ministério do Planejamento e Orçamento

Documento assinado digitalmente
PEDRO QUARESMA DE ARAUJO
Data: 18/09/2024 17:34:18-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

PEDRO QUARESMA
Casa Civil

